LETICIA ALESSANDRA COSTA NAUATA

**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E COISA JULGADA
NAS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS DE NATUREZA
CONTINUATIVA**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Walter Piva Rodrigues

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP

2020

LETICIA ALESSANDRA COSTA NAUATA

**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E COISA JULGADA
NAS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS DE NATUREZA
CONTINUATIVA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Processual, sob a orientação do Prof. Dr. Walter Piva Rodrigues.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP**

2020

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Nauata, Leticia Alessandra Costa

Controle de constitucionalidade e coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de natureza continuativa ; Leticia Alessandra Costa Nauata ; orientador Walter Piva Rodrigues -- São Paulo, 2020.

160

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Relação tributária. 2. Natureza continuativa ou de trato continuado. 3. Coisa julgada. 4. Controle de constitucionalidade. 5. Conflito entre decisões. I. Rodrigues, Walter Piva, orient. II. Título.

Nome: NAUATA, Leticia Alessandra Costa

Título: Controle de constitucionalidade e coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de natureza continuativa

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Processual.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientador: Professor Dr. Walter Piva Rodrigues

Instituição: Faculdade de Direito da USP

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Com a saudade que se renova a cada dia, dedico este trabalho à memória de meu irmão Anderson Hubert Costa Nauata e de minha avó Chiyo Mizuki, que me ensinaram o que é lutar com resiliência, deixando como legado meus melhores exemplos do que é viver com dignidade.

Agradecimentos

Aos meus pais, Vera Lucia e Milton, pela força que me inspira a perseverar em meus objetivos, e pelo constante incentivo em minha vida profissional e acadêmica, exaltando a importância dos estudos e a preciosidade do conhecimento.

Ao meu namorado Luigi, sempre ao meu lado, por todo o apoio e pela visão crítica e ao mesmo tempo positiva das coisas, que me faz acreditar que, com algum esforço e dedicação, quase tudo seja possível.

À minha amiga Priscila Campos, que também vivenciou a experiência do mestrado no mesmo período e com quem pude compartilhar diversas dúvidas e trocar importantes ideias.

Ao meu orientador, Professor Dr. Walter Piva Rodrigues, pela oportunidade da orientação, por toda a gentileza e solicitude a mim dedicadas e pelos valiosos ensinamentos.

RESUMO

NAUATA, Leticia Alessandra Costa. **Controle de constitucionalidade e coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de natureza continuativa**. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O trabalho trata da relação entre o instituto da coisa julgada e o sistema de controle de constitucionalidade no Direito brasileiro atual, considerando as especificidades das relações jurídicas tributárias de natureza continuativa e os efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre sentenças que lhe são contrárias, já transitadas em julgado. Primeiramente, serão esclarecidos os conceitos de relação jurídica continuativa e de coisa julgada utilizados na presente dissertação. Após, identificaremos as espécies de controle de constitucionalidade existentes no Direito pátrio, bem como os efeitos vinculantes e *erga omnes* das decisões do STF no exercício desse controle. Por fim, analisaremos as hipóteses de conflitos entre julgados no controle difuso e no controle concentrado de constitucionalidade, buscando soluções que compatibilizem os princípios da isonomia e da segurança jurídica. A matéria é objeto de discussão nos Temas de n°s 881 e 885 que se encontram sob repercussão geral em nossa suprema corte.

Palavras-chave: Relação tributária. Natureza continuativa ou de trato continuado. Coisa julgada. Controle de constitucionalidade. Conflito entre decisões.

ABSTRACT

NAUATA, Leticia Alessandra Costa. **Constitutionality control and *res judicata* in continuous nature tax legal relationship**. 2020. 160 f. Thesis (Master of Law) - Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The present assignment aims to discuss the *res judicata* and the constitutionality control system in current Brazilian law taking into account the specificities of continuous nature tax legal relationship and the effects in final and unappealable decisions rendered by the Federal Supreme Court on sentences which are adverse. Firstly, the concepts of legal relationships with an ongoing agreement and *res judicata* mentioned in this thesis are clarified. Second, constitutionality control norms existing in the national law are pinpointed as well as the Federal Supreme Court decisions binding and *erga omnes* effects when exerting their powers. Lastly, we intend to analyze conflict hypothesis in cases under diffuse and concentrated constitutional control in search for solutions that uphold the principles of equality and legal certainty. The matter is subject to discussion on Temas numbers 881 and 885 by General Repercussion by the Federal Supreme Court.

Keywords: Tax relation - Continuous nature or continuous legal relationship. *Res judicata*. Constitutionality control. Conflicting decisions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – apelação cível

ADC – ação declaratória de constitucionalidade

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADI ou ADIN – ação direta de inconstitucionalidade

ADPF – ação de descumprimento de preceito fundamental

ADO – ação direta de inconstitucionalidade por omissão

AgInt. – agravo interno

AgRg – agravo regimental

AI – agravo de instrumento

AMS – apelação em mandado de segurança

Ampl. – ampliada

AREsp – agravo em recurso especial

Art. – artigo

BTN – Bônus do Tesouro Nacional

CF ou CF/88 – Constituição Federal de 1988

CF/1891 – Constituição Federal de 1891

CF/34 – Constituição Federal de 1934

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPC/39 – Código de Processo Civil de 1939 – Decreto-Lei nº 1.608/1939

CPC/73 – Código de Processo Civil de 1973 – Lei nº 5.869/1973

CPC ou CPC/15 – Código de Processo Civil de 2015 – Lei nº 13.105/2005

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CTN – Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172/1966

DJ – Diário da Justiça

DJE – Diário da Justiça Eletrônico

DJF3 – Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região

DOE – Diário Oficial Eletrônico

EC – Emenda Constitucional

ED – embargos de declaração

Inc. – inciso

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

IRPJ – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas

IRDR – incidente de resolução de demandas repetitivas

ISS – Imposto sobre Serviços de qualquer natureza

J. – julgado em

LC – Lei Complementar

Min. – Ministro (a)

MS – mandado de segurança

P. – publicado em

PASEP – Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS – Contribuição para o Programa de Integração Social

RE – recurso extraordinário

REsp – recurso especial

Rev. – revista

Recl. – reclamação constitucional

RTJ – Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJ – Tribunal de Justiça

TRF – Tribunal Regional Federal

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 COISA JULGADA E RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS DE NATUREZA CONTINUATIVA	19
1.1 Do conceito de relações jurídicas de natureza continuativa.....	19
1.2 Coisa julgada: contextualização e conceito adotado	25
1.3 Espécies, limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada.....	31
1.4 Relações jurídicas de natureza continuativa e coisa julgada à luz do art. 505, I, do CPC	39
1.5 Da coisa julgada nas relações jurídicas tributárias continuativas e das alterações normativas	45
1.6 Coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de natureza continuativa, objeto do processo e efeitos da sentença.....	48
1.7 Relações jurídicas tributárias continuativas e a coisa julgada: súmulas 239 e 304 do STF.....	58
2 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NAS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS DE NATUREZA CONTINUATIVA.....	63
2.1 Controle de constitucionalidade, litigiosidade e judicialização	63
2.2 Controle de constitucionalidade no direito brasileiro atual.....	69
2.3 Da eficácia <i>erga omnes</i> e do efeito vinculante das decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade: relação com a coisa julgada	74
2.4 Do controle de constitucionalidade difuso exercido pelo STF em sede de recurso extraordinário	82
3 DO CONFLITO ENTRE DECISÕES NO CONTROLE DIFUSO E CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NAS RELAÇÕES CONTINUATIVAS	92
3.1 Efeitos das decisões do STF sobre sentenças transitadas em julgado: efeitos prospectivos e intangibilidade da coisa julgada	92
3.2 Efeitos das decisões do STF com relação aos fatos passados: súmula 343 do STF e ação rescisória	105
3.3 Dos efeitos da decisão do STF em sede de controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado: tema nº 885	113
3.4 Dos efeitos da decisão do STF em sede de controle concentrado de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado: tema nº 881	124
4 COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: ISONOMIA, SEGURANÇA JURÍDICA, LIVRE CONCORRÊNCIA E SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	131
CONCLUSÕES	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

INTRODUÇÃO

O tema a ser desenvolvido no presente trabalho tem como enfoque a relação existente entre os institutos da coisa julgada e do controle de constitucionalidade, nas relações tributárias de natureza continuativa.

De abordagem interdisciplinar, envolvendo assuntos de vários ramos do Direito, precipuamente de Direito Processual, Tributário e Constitucional, o tema nos instiga e desafia, pois, apesar de haver muitos trabalhos na doutrina pátria sobre os temas da coisa julgada e do controle de constitucionalidade, observou-se que a relação existente entre ambos ainda se encontra pouco versada tanto na doutrina como na jurisprudência, especialmente em matéria tributária. Notou-se, ainda, nos trabalhos que versam sobre a matéria, a existência de muitos pontos controvertidos. Assim, não tendo a pretensão de esgotar ou pacificar a discussão existente, esperamos de certa forma contribuir para o estudo desse tema tão relevante, que pode impactar muitas relações tributárias, estejam ou não sob discussão judicial.

Atualmente, destaca-se, estão pendentes de julgamento no STF os Temas sob repercussão geral de nºs 881 e 885, que versam justamente sobre os limites da coisa julgada em matéria tributária diante de julgamento pelo STF, em controle concentrado e difuso (respectivamente), que declara a constitucionalidade de lei anteriormente considerada inconstitucional por decisão proferida em controle incidental, já transitada em julgado. Os *leading cases* que constituem os paradigmas dos referidos temas são, respectivamente, o RE nº 949.297-CE, de Relatoria do Min. Edson Fachin, e o RE nº 955.257-BA, de Relatoria do Min. Luís Roberto Barroso. Adianta-se que tais temas serão tratados no Capítulo 3.

Inicialmente, porém, analisaremos no Capítulo 1 as relações tributárias de natureza continuativa, relacionando-as com o instituto da coisa julgada, suas espécies, limites objetivos e eficácia preclusiva, a fim de fixar alguns conceitos que serão utilizados como premissas para o desenvolvimento dessa dissertação. Também se discorrerá sobre as Súmulas nºs. 239 e 304 do STF, que ainda são objeto de controvérsia na doutrina e jurisprudência pátrias.

Em seguida, abordaremos no Capítulo 2 o tema do controle de constitucionalidade de normas tributárias no direito pátrio, contextualizando-o diante da crescente litigiosidade e judicialização, e esclarecendo quais as espécies de controle existentes atualmente em nosso

ordenamento, com a análise dos efeitos das decisões do STF em sede de controle difuso e concentrado de constitucionalidade. Como veremos, o estudo dos efeitos dos precedentes do STF será imprescindível para que seja verificada a possibilidade de que tais decisões possam constituir alterações das condições jurídicas que dão suporte às relações jurídicas tributárias de natureza continuativa.

Na sequência, uma vez delineados os contornos dos principais institutos que compõem o tema, passaremos no Capítulo 3 ao estudo dos conflitos que podem surgir entre decisões do STF proferidas em sede de controle de constitucionalidade (difuso e concentrado) e decisões transitadas em julgado anteriormente, diferenciando-se a aplicação dos precedentes com relação aos fatos passados e aos fatos futuros, ou seja, de forma retroativa ou prospectiva. Verificaremos, então, a possibilidade ou necessidade de que haja a interposição de ação rescisória ou revisional em face da sentença transitada em julgado, passando pelo estudo da vedação contida na Súmula nº 343 do STF. Ao final desse capítulo, e considerando todo o raciocínio desenvolvido ao longo do trabalho, analisaremos os Temas de nºs 881 e 885 sob repercussão geral no STF, tecendo algumas considerações acerca dos Pareceres de nº 492/2011 e 555/2017 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

No último capítulo, por seu turno, investigaremos a existência de eventual antinomia entre os princípios constitucionais da isonomia, da livre concorrência, da supremacia da constituição e da segurança jurídica, que é utilizada como argumento para a relativização da coisa julgada ou, por outro lado, como sustentáculo de sua intangibilidade.

Por fim, sintetizando a problemática tratada na dissertação, acerca dos principais pontos controvertidos na doutrina e jurisprudência, reiteraremos nossas conclusões expostas ao longo do trabalho.

CONCLUSÕES

Iniciamos o trabalho com a conceituação de relação jurídica tributária de natureza continuativa, considerando as relações jurídicas de cunho obrigacional de pagar tributo, advindas de normas tributárias em sentido estrito (Subcapítulo 1.1).

Vimos que as relações jurídicas, em geral, podem ser classificadas em três espécies com base na sua relação com as circunstâncias temporais do fato jurídico: instantâneas, permanentes e sucessivas. Adaptando-se essa classificação às relações tributárias, designamos como “relação jurídica de natureza continuativa” tanto as relações jurídicas permanentes ou de trato continuativo como as relações sucessivas ou de trato sucessivo. Tais relações jurídicas, sejam advindas de um fato gerador continuado ou periódico, ou de vários fatos geradores instantâneos inseridos em uma relação sucessiva, diferenciam-se das demais em razão de sua durabilidade no tempo, sendo passíveis de sofrerem modificações em face de certas alterações das situações fáticas ou jurídicas vigentes ao momento da prolação de sentença transitada em julgado.

Em seguida, contextualizamos o tema da coisa julgada, expondo-se a divergência existente na doutrina quanto ao seu conceito (Subcapítulo 1.2). Divergindo da conceituação de coisa julgada como efeito da sentença (posicionamento de autores como Giuseppe Chiovenda e Francesco Carnelutti) ou qualidade desses efeitos (entendimento que teve como principal expoente Enrico Tullio Liebman), entendemos por coisa julgada, na linha de José Ignácio Botelho de Mesquita, o efeito do trânsito em julgado da sentença que torna imutável e indiscutível o elemento declaratório contido em sua parte dispositiva, seja ela de procedência ou de improcedência do pedido. Destacamos, ainda, a força normativa da autoridade da coisa julgada, no sentido de que a decisão de mérito passada em julgado se caracteriza como *lex specialis* em relação às partes, pois regula a relação existente entre elas e substitui a disciplina anteriormente existente, conforme ensinamento de Gian Antonio Micheli.

Posteriormente, tratamos das espécies, limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada (Subcapítulo 1.3), a fim de verificar os seus contornos nas relações tributárias de natureza continuativa, considerando o disposto no art. 505, I, do CPC (Subcapítulo 1.4). Concluímos não haver qualquer especificidade da coisa julgada nessa espécie de relação jurídica, tendo em vista que os efeitos do trânsito em julgado, de imutabilidade e

indiscutibilidade do elemento declaratório da sentença, independem da natureza da relação jurídica discutida. Frisou-se, assim, que o que diferencia as relações jurídicas de natureza continuativa das demais não é a inexistência ou a menor rigidez da coisa julgada, mas o fato de se prolongarem no tempo, estando sujeitas a alterações das situações fáticas e jurídicas então vigentes ao momento da prolação da sentença, de modo que fatos supervenientes podem influir nessa relação, seja para extingui-la ou modificá-la, de modo que a distinção situa-se no plano do direito material, e não processual.

Destacamos, ainda, que o art. 471 do CPC/73 e o correspondente art. 505 do CPC/15 tratam, em realidade, da preclusão da coisa julgada, pois visam, em última análise, impedir que os pontos já discutidos e resolvidos na motivação da sentença, bem como os pontos novos (não invocados pelas partes nem examinados pelo juiz) sejam suscitados para alterar a conclusão contida na sentença transitada em julgado. Na hipótese de sobrevir modificação no estado de fato ou de direito, estar-se-á diante de nova causa de pedir, que autorizará a propositura de nova ação, visando à obtenção de um novo pronunciamento judicial, sem que com isso se possa falar em revisão ou desconstituição da sentença ou da coisa julgada anterior.

Adiantamos, ainda, que as modificações no estado de direito de que trata o referido dispositivo não ocorrem apenas quando há alterações legislativas, mas também quando, em controle de constitucionalidade, o STF decide de forma contrária à sentença transitada em julgado proferida em controle difuso, conforme foi aprofundado nos capítulos seguintes (Capítulos 2 e 3). No caso de alterações normativas, distinguimos os casos em que a norma incide apenas no momento da constituição da relação continuativa daqueles casos em que a norma continua a incidir no curso de tal relação, sendo o art. 505, I, do CPC aplicável apenas nessa última hipótese, sendo necessário, ainda, que a alteração esteja relacionada diretamente com o fundamento da sentença (Subcapítulo 1.5).

Assim, após diferenciarmos os efeitos da sentença dos efeitos de seu trânsito em julgado, vimos que os primeiros são delimitados pelo objeto do processo, em razão do princípio da congruência ou da adstrição da sentença ao pedido (Subcapítulo 1.6). Desse modo, ainda que se trate de relação tributária continuativa, caso a parte autora se insurja apenas contra determinado lançamento, relativo a um período de apuração específico do tributo, a sentença não poderá projetar seus efeitos com relação aos períodos futuros.

No entanto, caso a parte autora não tenha limitado seu pedido a determinados períodos ou exercício fiscal, admitimos a possibilidade de que a sentença proferida em uma ação declaratória de inexistência de relação tributária ou em mandado de segurança

preventivo produza efeitos com relação aos exercícios subseqüentes, de forma que, sendo procedente a ação, o contribuinte fique resguardado contra a atuação da autoridade tributária enquanto perdurarem as condições de fato e de direito que fundamentaram a decisão, existentes ao momento de sua prolação.

Assim, uma vez reconhecida, em tais ações, a ilegalidade da cobrança de um tributo – por não haver lei que o regulamente, por exemplo – os efeitos dessa decisão acobertarão todos os fatos geradores que ocorrerem antes da modificação da situação fática ou jurídica, que, no exemplo dado, poderia ocorrer com a edição da lei regulamentadora do tributo, de modo que ele seria plenamente exigível com relação aos exercícios e períodos de apuração posteriores a ela. O mesmo ocorre no caso de ser julgada improcedente a ação com base na legalidade da exigência tributária: caso sobrevenha alguma alteração legislativa que a torne inexigível (por exemplo, com a criação de uma isenção ao contribuinte), os tributos relativos a períodos de apuração anteriores a essa alteração não poderão ser questionados com base nela, devendo-se respeitar a conclusão do julgado com relação aos fatos já ocorridos. Todavia, a decisão deixará de produzir efeitos a partir dessa alteração normativa, com relação aos fatos futuros, independentemente de qualquer providência.

Ademais, concluímos que o fato de a sentença deixar de produzir seus efeitos futuramente não importa violação ou mitigação da coisa julgada, a qual encontra seus limites objetivos na parte dispositiva da sentença e nos contornos de sua eficácia preclusiva. Trata-se apenas de delimitar os efeitos declaratórios da sentença.

Em seguida, traçamos o âmbito de aplicação das Súmulas de nºs 239 e 304 do STF, sustentando que elas se aplicam, respectivamente, aos casos em que: i) há limitação do objeto do processo a tributos de determinados fatos geradores ou períodos de apuração – hipótese em que a sentença que declara indevida a cobrança de tributo em determinado exercício não produziria efeitos em relação aos posteriores; e ii) o processo do mandado de segurança é extinto sem julgamento do mérito – caso em que não haveria coisa julgada material e o impetrante poderia se socorrer de outros tipos de tutela, como por exemplo a ação declaratória (Subcapítulo 1.7).

Iniciamos o segundo Capítulo contextualizando o tema do controle de constitucionalidade no Direito pátrio, mencionando-se o alto grau de litigiosidade e judicialização em âmbito nacional, que decorrem de inúmeros fatores, como o modelo analítico da CF/88 e o sistema híbrido de controle de constitucionalidade adotado, acrescentando-se, em matéria fiscal, o alto grau de complexidade da legislação tributária

produzida nos três níveis federativos, a insuficiência de meios alternativos de solução de conflitos nessa matéria e o sistema de jurisdição única, segundo o qual caberá ao Poder Judiciário, em última instância, apreciar lesão ou ameaça a direito, nos termos do art. 5º, XXXV, da CF/88, de modo que apenas a decisão proferida no âmbito judicial reveste-se de verdadeira definitividade. Mencionou-se, ainda, o fator econômico, consistente na análise do custo-benefício entre os resultados esperados com a propositura de uma demanda e todos os seus custos, financeiros e emocionais, estando intimamente relacionado ao fator tempo de tramitação dos processos judiciais e à morosidade da Justiça (Subcapítulo 2.1).

Na oportunidade, destacou-se que após a implementação de institutos como a repercussão geral dos recursos extraordinários (Lei nº 11.418/2006) e a súmula vinculante (Lei nº 11.417/2006), houve significativa diminuição dos processos de natureza fiscal no STF. Além disso, diversos dispositivos do CPC/15 contribuíram para isso, na medida em que buscaram a valorização dos precedentes, como o seu art. 927, inc. III, IV e V, art. 932 e art. 966, inc. V. Nessa medida, constatou-se que, de forma aparentemente paradoxal, o controle de constitucionalidade não apenas constitui um fator de judicialização, mas também pode funcionar como um mecanismo para a redução da litigiosidade e a preservação de segurança jurídica, salientando-se, no entanto, a necessidade de que eles sejam estáveis e vinculantes.

Seguimos, então, com um breve panorama do sistema de constitucionalidade brasileiro atual, com a identificação das principais características dos controles difuso e concentrado (Subcapítulo 2.2), bem como dos efeitos *erga omnes* e vinculantes das decisões proferidas pelo STF nas ações de controle concentrado, verificando sua relação com a coisa julgada (Subcapítulo 2.3). Concluímos que a chamada eficácia *erga omnes* está relacionada à ampliação dos limites subjetivos da coisa julgada, de modo que os efeitos do trânsito em julgado (imutabilidade e indiscutibilidade) alcancem a todos, não se restringindo aos litigantes de um dado processo, como sói ocorrer pela regra geral do CPC (coisa julgada *inter partes*).

Quanto aos efeitos vinculantes, diferentemente da eficácia *erga omnes*, chegamos à conclusão de que não estão relacionados aos limites da coisa julgada e que, ao contrário do que poderia levar a crer a chamada “teoria da transcendência dos motivos determinantes”, não há qualquer regramento especial para as ações de controle concentrado, seja na CF/88 ou na legislação infraconstitucional, que afaste a regra geral quanto à limitação da coisa julgada à parte dispositiva das decisões (art. 504, I, do CPC).

Expusemos que, com base na diferenciação entre efeito vinculante e coisa julgada, parte da doutrina sustenta a possibilidade de que uma decisão do STF seja dotada de efeito vinculante sem que transite em julgado materialmente. Esse seria o caso da sentença de improcedência de uma ADI, que, diferentemente de uma sentença de procedência, não seria revestida da autoridade da coisa julgada material, de modo que o STF pudesse reapreciar a constitucionalidade de uma lei considerada válida anteriormente¹. No entanto, conforme esclarecemos no Subcapítulo 1.2, entendemos por coisa julgada o efeito do trânsito em julgado que torna imutável e indiscutível o elemento declaratório da sentença, seja ela de procedência ou de improcedência do pedido.

Em sendo assim, firmamos posicionamento no sentido de que tanto a sentença de procedência como a de improcedência são passíveis de transitar em julgado materialmente, embora apenas a primeira possa produzir efeitos com relação a terceiros. Portanto, a sentença de improcedência na ADI é acobertada pela autoridade da coisa julgada material, de modo que a conclusão contida na sentença torna-se imutável e indiscutível entre as partes.

No entanto, partindo do pressuposto de que apenas as sentenças de procedência podem produzir efeitos com relação a terceiros, analisamos se a sentença de improcedência em uma ADI poderia produzir efeitos vinculantes e *erga omnes*, de modo que pudesse ser aplicada a outras relações jurídicas, fazendo cessar os efeitos de decisões já transitadas em julgado em sentido contrário, nas relações jurídicas de natureza continuativa. E, com base no art. 24 da Lei nº 9.868/1999, sustentamos ser possível que esse precedente do STF produza efeitos *erga omnes*, desde que, além de julgar improcedente a ADI, declare em seu dispositivo expressamente a constitucionalidade da lei.

Por conseguinte, concluímos que as decisões do STF proferidas em ações de controle de constitucionalidade concentrado, sejam de procedência ou improcedência, poderão representar alteração do suporte jurídico existente ao tempo da prolação de uma sentença já transitada em julgado, de modo a fazer cessar os efeitos desta, com efeitos sobre a relação jurídica de direito material já reconhecida ou que foi declarada inexistente. Vimos, ainda, que as decisões do STF em sede de controle difuso também podem ter esse condão, desde que ostentem efeitos vinculantes e *erga omnes*, o que ocorre quando proferidas na sistemática dos recursos extraordinários repetitivos ou quando seguidas da edição de súmula vinculante ou resolução do Senado, nos termos do art. 52, X, da CF/88 (Subcapítulo 2.4).

¹ Nesse sentido: BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p.270-271 e 275.

Na sequência, tratamos das hipóteses de conflitos entre decisões no controle difuso e concentrado de constitucionalidade nas relações continuativas, analisando primeiramente os efeitos prospectivos das decisões do STF sobre as sentenças já transitadas em julgado, considerando a intangibilidade da coisa julgada com relação aos fatos passados (Subcapítulo 3.1). Afirmamos, então, que tais decisões apenas configuram alteração do suporte jurídico existente no momento em que proferida a sentença caso, além de terem eficácia *erga omnes* e vinculante, tratem objetivamente (e como *ratio decidendi*, e não simplesmente como *obiter dictum*) da questão constitucional que foi objeto da sentença transitada em julgado e que lhe serviu de fundamento.

Assim, desde que cumpridos tais requisitos, na hipótese de haver uma decisão transitada em julgado que teve como fundamento lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF, ou, ainda, que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade fora reconhecida pelo STF, concluímos ser possível que esta sentença deixe de produzir efeitos com relação aos fatos futuros.

Indagamos, no entanto, se os efeitos dessa decisão acobertada pela autoridade da coisa julgada poderiam cessar imediata e automaticamente, independentemente de qualquer providência, ou se, pelo contrário, seria necessária a propositura de uma nova ação para que houvesse a revisão do que foi estatuído na sentença, nos termos do art. 505, I, do CPC.

No caso de ser declarada a inconstitucionalidade de uma lei pelo STF em sede de controle de constitucionalidade e tendo a decisão efeitos *erga omnes* e vinculantes, vimos que não há grandes questionamentos acerca da possibilidade de que uma sentença transitada em julgado em sentido contrário, que declarou a constitucionalidade dessa mesma lei, deixe de produzir efeitos com relação aos fatos geradores futuros. Isso porque, via de regra, a declaração de inconstitucionalidade de uma norma implica o reconhecimento de sua nulidade, de modo que ela não possa mais reger situações jurídicas ou produzir efeitos, em que pese a possibilidade de modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, evitando-se efeitos *ex tunc*, a teor do art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Todavia, observou-se grande controvérsia na doutrina ao se considerar a hipótese inversa, em que o STF declara a constitucionalidade de uma lei anteriormente declarada inconstitucional por sentença já transitada em julgado. Discordando dos autores que negam a possibilidade de aplicação do precedente do STF em tais hipóteses, bem como daqueles que entendem haver necessidade de ser ajuizada ação rescisória ou revisional para que a decisão seja aplicada, ainda que prospectivamente, entendemos que o fato de o art. 505, I, do CPC/15 prever que a parte poderá pedir a revisão do que foi estatuído na sentença não

quer significar que, em todas as relações de trato continuado, haverá obrigatoriedade de a parte ingressar em juízo para que a sentença deixe de produzir efeitos na hipótese em que sobrevém modificação no estado de fato ou de direito. Diferentemente do que foi estabelecido para outras relações de trato continuado, como a ação de alimentos, não há previsão legal da necessidade de ação revisional em matéria tributária para tanto.

Porém, em que pese a desnecessidade de ação rescisória ou revisional para que o tributo passe a ser exigível a partir da declaração da constitucionalidade da lei que o instituiu ou o modificou, por decisão do STF de efeitos *erga omnes* e *ex nunc*, entendemos que, nos casos em que o contribuinte tinha em seu favor sentença transitada em julgado que declarava a inconstitucionalidade da exigência, é razoável que a administração tributária proceda à notificação prévia do contribuinte para que ele tenha a oportunidade de recolher o tributo sem incorrer nas multas de ofício e de mora, decorrentes do lançamento de ofício, prestigiando-se, dessa forma, os princípios da segurança jurídica e da boa-fé.

Sustentamos, ainda, que caso a decisão proferida pelo STF em controle de constitucionalidade difuso não tenha eficácia *erga omnes*, será necessária a propositura de ação revisional para que a sentença transitada em julgado em sentido contrário deixe de produzir efeitos, ainda que prospectivos.

Com relação aos fatos passados, vimos que as decisões do STF em controle de constitucionalidade, seja difuso ou concentrado, não produzem o efeito automático de desconstituir os efeitos do trânsito em julgado de uma sentença proferida anteriormente, em sentido contrário à sua orientação. Para tanto, faz-se necessária a rescisão da sentença. Analisamos, assim, o teor da Súmula nº 343 do STF, entendendo que ela pode ser afastada nos casos em que há violação manifesta a norma jurídica, seja constitucional ou infraconstitucional. Além disso, tanto as sentenças que aplicam norma ilegal ou inconstitucional como as que deixam de aplicar determinada norma, por considerá-la ilegal ou inconstitucional, poderiam ser rescindidas com fundamento no art. 966, V, do CPC/15, independentemente da superveniência de um precedente do STF que pacifique a questão. (Subcapítulo 3.2).

Entendemos, ainda, que caso a ação rescisória tenha como fundamento a violação de determinado precedente do STF com eficácia vinculante e *erga omnes*, não há razão para diferenciar as hipóteses em que a Corte declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de uma norma, para fins de cabimento ou não da ação rescisória,

destacando-se que o precedente também deverá ter eficácia retroativa (*ex tunc*) para que possa ser manejada ação rescisória com base nele.

No que toca ao art. 535, III, §§ 5º e 8º, bem como o art. 525, §1º, III e §§12 e 15, do CPC/15, que previram a hipótese de rescisão da sentença que aplicou lei ou ato normativo julgado posteriormente inconstitucional pelo STF, em controle de constitucionalidade difuso ou concentrado, entendemos que, ainda que se entenda serem aplicáveis tais disposições de constitucionalidade duvidosa, a reabertura do prazo para a propositura da ação rescisória somente poderia ocorrer em relação às decisões transitadas em julgado após a entrada em vigor do CPC/15, em razão da regra transitória prevista no art. 1057 do mesmo diploma.

Em seguida, considerando o raciocínio desenvolvido ao longo do trabalho, adotamos os entendimentos até aqui expostos como premissas para proceder à análise dos casos concretos que são objeto dos Temas de nºs 881 e 885, de repercussão geral reconhecida e pendentes de julgamento no STF, tendo como paradigmas o RE nº 949.297/CE e o RE nº 955.227-BA, respectivamente. (Subcapítulos 3.3 e 3.4).

Em razão da existência de algumas peculiaridades nos casos em discussão, concluímos, ao final, pela impossibilidade de que as decisões do STF, sejam as proferidas em sede de controle difuso (RE nº 138.284-8-CE e nº 146.733-9-SP), seja o julgamento da ADI nº 15-2, tenham efeitos vinculantes e *erga omnes*. Em sendo assim, entendemos que tais precedentes não são hábeis a fazer cessar os efeitos de sentenças transitadas em julgado que, contrariamente, declararam a inconstitucionalidade da Lei nº 7.689/88. Verificamos, ainda, que essa lei não foi substituída por leis posteriores, que dispuseram apenas sobre alterações no critério quantitativo da regra-matriz de incidência tributária ou seu pagamento, deixando de regulamentar outros critérios da regra-matriz de incidência (critérios material, espacial, temporal e pessoal). Afastamos, desse modo, também a existência de alteração normativa que pudesse fazer cessar os efeitos das sentenças transitadas em julgado.

Por fim, no último capítulo, fizemos um cotejo entre os princípios da segurança jurídica, inviolabilidade da coisa julgada, isonomia, livre concorrência e supremacia da Constituição, a fim de investigar possível antinomia entre eles que demandasse a relativização da coisa julgada, na hipótese de conflito entre decisões proferidas em sede de controle difuso e concentrado de constitucionalidade, nas relações jurídicas tributárias de natureza continuativa.

Concluímos que a aplicação de um precedente do STF, com a cessação de efeitos de uma sentença com relação aos fatos geradores futuros, na espécie de relação jurídica considerada, não decorre, todavia, da necessidade de relativizar a coisa julgada com

fundamento na aparente antinomia entre os princípios. Trata-se, em realidade, de decorrência das especificidades das relações jurídicas de trato continuado, que permitem que ela sofra modificações ao longo do tempo, sem que seja desrespeitada a autoridade da coisa julgada material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. **Teoría de los Derechos Fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.

ALLORIO, Enrico. **Diritto Processuale Tributario**. 4. ed. Torino: Torinese, 1962.

ALVIM, Eduardo Arruda. **Mandado de Segurança no Direito Tributário**. 1. ed. 2. tiragem. São Paulo: RT, 1998.

_____. Anotações sobre a chamada coisa julgada tributária. **Revista de Processo**, n. 92, ano 23, outubro/dezembro de 1998.

_____. Mandado de segurança preventivo, efeitos (futuros) da sentença e relação tributária continuativa. In: CAMPOS, Marcelo. (coord.). **Direito Processual Tributário: A dinâmica da interpretação – Estudos em homenagem ao Professor Dejalma de Campos**. São Paulo: RT, 2008.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. **Sentença e coisa julgada: exegese do Código de Processo Civil** (arts. 444 a 475). Rio de Janeiro: Aide, 1992.

ARAÚJO, Juliana Furtado Costa. Os efeitos da coisa julgada em matéria tributária sobre as relações jurídicas de trato sucessivo sob a ótica do CPC/15 em face de novo posicionamento fixado pelo Supremo Tribunal Federal. In: CONRADO, Paulo Cesar; ARAÚJO, Juliana Furtado Costa. (coord.). **Processo Tributário Analítico**. vol. IV, 1. ed., São Paulo: Noeses, 2019.

_____. Os impactos do CPC/2015 sobre a coisa julgada em matéria tributária. In: BOSSA, Gisele Barra; SALUSSE, Eduardo Perez; PISCITELLI, Tathiane; ARAÚJO, Juliana Furtado Costa. (Coord.) **Medidas de Redução do Contencioso Tributário e o CPC/2015**. São Paulo: Almedina, 2017. p.617-633.

ÁVILA, Humberto. **Teoria da segurança jurídica**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2014.

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**: edição popular anotada por Adriano Kury. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

BARIONI, Rodrigo. Comentário ao art. 966 do CPC/15. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER Jr., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. (coord.). **Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Suffragium - Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**, Fortaleza, v. 5, n. 8, p.11-22, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5498>. Acesso em: 17 nov. 2019.

_____. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 3. ed. São Paulo: Lejus, 1998.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo: influência do direito material sobre o processo**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

_____. **Parecer apresentado nos autos do RE nº 949.297/CE**. março de 2017.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos; TUCCI, José Rogério Cruz e. (coord.). **Causa de pedir e pedido no processo civil: questões polêmicas**. São Paulo: RT, 2002.

BODART, Bruno. **Processo Civil e análise econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

CABRAL, Antônio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas: entre continuidade, mudança e transição de posições**. 2. ed. Salvador: Juspodvm, 2014.

_____. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, São Paulo, n. 231, maio de 2014.

CAIS, Cleide Previtalli. Efeitos declaratórios da sentença em mandado de segurança impetrado em matéria tributária. In: ROCHA, Valdir de Oliveira. (coord.). **Problemas de Processo Judicial Tributário**. vol. III. São Paulo: Dialética, 1999.

CAPONI, Remo. **L' efficacia del giudicato civile nel tempo**. Milano: Giuffrè, 1991.

CAPPELLETTI, Mauro. **O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado**. Tradução de Aroldo Plínio Gonçalves. Porto Alegre: Fabris, 1984.

CARNELUTTI, Francesco. **Lezioni di Diritto Processuale Civile**. vol. IV. Padova: La Litotipo, 1920.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito Tributário: fundamentos jurídicos da incidência**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Curso de Direito Tributário**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. 1. 2. ed. Tradução de J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1965.

_____. **Principios de Derecho Procesal Civil**. Madri: Reus, 2000.

_____. **Principii di Diritto Processuale Civile: le azioni, il processo di cognizione**. Napoli: Eugenio Jovene, 1980.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. A coisa julgada em Direito Tributário. In: NOGUEIRA, Ruy Barbosa. et al. **Direito Tributário Atual**, vol. 4, São Paulo: Resenha Tributária, 1984.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **A fiscalização abstrata da constitucionalidade no direito brasileiro**. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **O controle de constitucionalidade das leis e o poder de tributar na CF/1988**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Supremo em ação 2018**: ano-base 2017. Brasília: CNJ, 2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/fd55c3e8cece47d9945bf147a7a6e985.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2018**: ano-base 2017. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2018/08/44b7368ec6f888b383f6c3de40c32167.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. Comentário ao art. 988 do CPC/15. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER Jr., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. (coord.). **Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.

COSTA, Regina Helena. Os recursos especiais repetitivos e a redução de litigiosidade em matéria tributária. In: BOSSA, Gisele Barra; SALUSSE, Eduardo Perez; PISCITELLI, Tathiane; ARAÚJO, Juliana Furtado Costa. (Coord.) **Medidas de Redução do Contencioso Tributário e o CPC/2015**. São Paulo: Almedina, 2017.

COUTURE, Eduardo. **Fundamentos del Derecho Procesal Civil**. 3. ed. Buenos Aires: Roque Depalma Editor, 1958.

DELGADO, José Augusto. Pontos polêmicos das ações de indenização de áreas naturais protegidas: efeitos da coisa julgada e os princípios constitucionais. **Revista de Processo**, São Paulo, n. 103, 2001.

_____. Efeitos da coisa julgada e os princípios constitucionais. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ELALI, André. (coord.). **Coisa julgada tributária**. São Paulo: MP Editora, 2005.

DELLORE, Luiz Guilherme Pennacchi. **Das sentenças definitivas que não são cobertas pela coisa julgada no direito processual civil brasileiro**. Tese (Mestrado em Direito).

_____. Da coisa julgada no novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010 e PL 8046/2010): limites objetivos e conceito. In: FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; DIDIER JR., Fredie, **Novas tendências do processo civil**. Estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil. Salvador: Jus Podvm, 2013.

_____. **Estudos sobre coisa julgada e controle de constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil**. vol. 3. 4. ed. Salvador: Jus Podivm, 2007.

DIDIER Jr., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. **Curso de Direito Processual Civil**. vol. 2. 2. ed. Salvador: Jus Podivm, 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do Processo Civil Moderno**. v. 1. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. Relativizar a coisa julgada material. **Revista de Processo**, São Paulo, n. 109, janeiro a março de 2003.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**. vol. III. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Teoria Geral do Novo Processo Civil**. n. 28. São Paulo: Malheiros, 2016.

DÓRIA, Antônio Roberto Sampaio. Decisão Administrativa. Efeitos e revogabilidade. Coisa julgada. Limites objetivos em matéria fiscal. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, vol. 363, janeiro de 1966.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. A coisa julgada nas ações de alimentos. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, n. 52, julho de 1991.

FALCÃO, Amílcar de Araújo. **Fato gerador da obrigação tributária**. 2. ed. São Paulo: RT, 1971.

FALCÃO, Joaquim. et al. **II Relatório Supremo em Números: o Supremo e a Federação entre 2010 e 2012**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2014.

FAZZALARI, Elio. **Istituzioni di diritto processuale civile**. Pádua: Cedam, 1992.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Coisa julgada em matéria fiscal (identidade de objeto). **Revista de Direito Tributário**, São Paulo, v. 43, 1988. p. 73-82.

FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. Comentário ao art. 932 do CPC/15. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER Jr., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. (coord.). **Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.

FRIEDLER, Edith Z. Judicial Review in Chile. **Southwestern Journal of Law and Trade in the Americas**, Los Angeles, vol. 7, no. 2, p. 321-348, 2000. HeinOnline.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Coisa julgada – Novos enfoques**. São Paulo: Método, 2007.

GONÇALVES, Carla de Lourdes. Coisa julgada em matéria tributária e a im(possibilidade) de revisão em face de declaração de inconstitucionalidade pelo STF. **Revista de Direito Tributário Contemporâneo**, São Paulo, vol. 1, n. 2, setembro/outubro de 2016.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

GRECO, Leonardo. Eficácia da declaração ‘erga omnes’ de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em relação à coisa julgada anterior. In: **Relativização da coisa julgada**. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2008.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. vol. 2. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Coisa julgada: Considerações sobre os limites objetivos e a eficácia preclusiva da coisa julgada. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, vol. 3, n. 16, março/abril de 2002.

GUASP, Jaime. Los limites temporales de la cosa juzgada. In: ARAGONESES, Pedro. (org.) **Estudios jurídicos**. Madri: Civitas, 1996.

LEONEL, Ricardo de Barros. **Causa de pedir e pedido**: o direito superveniente. São Paulo: Método, 2006.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Estudos sobre o Processo Civil Brasileiro** – com notas de Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: José Bushatsky, 1976.

_____. Limites da coisa julgada em matéria de imposto. In: _____. **Estudos sobre o Processo Civil Brasileiro**, São Paulo: José Bushatsky, 1976. p.165-174.

_____. **Manuale di Diritto Processuale Civile**. vol. II. 4. ed. Milano: Giuffrè, 1981.

_____. **Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre coisa julgada**. 3. ed. Tradução: Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LUISO, Francesco P. **Diritto Processuale Civile**. Milano: Giuffrè, 1997.

MACEDO, Luana Vargas. Parecer PGFN/CRJ nº 492/2011. **Revista Fórum de Direito Tributário**, Belo Horizonte, vol. 9, n. 54, novembro/dezembro de 2011.

MACHADO, Hugo de Brito et al. [org.]. **Coisa julgada, constitucionalidade e legalidade em matéria tributária**. São Paulo: Dialética, 2006.

MACHADO, Hugo de Brito. **Mandado de Segurança em Matéria Tributária**. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2009.

MACHADO, Schubert de Farias. Aspectos da coisa julgada em matéria tributária. In: MACHADO, Hugo de Brito et al. [org.]. **Coisa julgada. Constitucionalidade e legalidade em matéria tributária**. São Paulo: Dialética, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. Comentário ao art. 927 do CPC/15. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER Jr., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. (coord.). **Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: RT, 2015.

_____. **A intangibilidade da coisa julgada diante da decisão de inconstitucionalidade: art. 525, §12, 13, 14 e 15 do CPC/2015**. 4. ed. São Paulo: RT, 2016.

MARINS, James. **Direito Processual Tributário Brasileiro** (Administrativo e Judicial). 5. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

_____. Coisa julgada em matéria tributária – limites objetivos. In: ROCHA, Valdir de Oliveira. (coord.). **Problemas de Processo Judicial Tributário**. vol. III. São Paulo: Dialética, 1999.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de Direito Processual Civil**. vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 1962.

_____. **Manual de Direito Processual Civil**. vol. III. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1975.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**. vol. IV. 1. ed. Campinas: Millenium, 2000.

_____. **Manual de Direito Processual Civil**. vol. II. 9. ed. Campinas: Millennium, 2003.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Efeitos Prospectivos de Decisões Definitivas da Suprema Corte em Matéria Tributária. In: DELGADO, José Augusto; NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Coisa julgada inconstitucional**. 2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2006.

_____. Controle concentrado de constitucionalidade em matéria tributária. In: CAMPOS, Marcelo. (coord.). **Direito Processual Tributário: A dinâmica da interpretação – Estudos em homenagem ao Professor Dejalma de Campos**. São Paulo: RT, 2008.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; PEIXOTO, Marcelo Magalhães, ELALI, André. (coord.). **Coisa julgada tributária**. São Paulo: MP Editora, 2005.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle concentrado de constitucionalidade**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MELIS, Giuseppe. **Motivazione e argomentazione nelle sentenze interpretative della Corte di Giustizia in materia tributaria**: alcuni spunti di riflessione. Luiss Guido Carli. CERADI - Centro di ricerca per il diritto d'impresa, 2005. Disponível em: <http://static.luiss.it/siti/media/4/20050919-argomentazione%20CERADI.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de [et al]. **Curso de Mandado de Segurança**. São Paulo: RT, 1986.

MELO, José Eduardo Soares de. Coisa Julgada Tributária. Modulação. Relativização. Decisão em Controle Difuso de Constitucionalidade e os Limites de Efeitos. In: MANEIRA, Eduardo; TORRES, Heleno Taveira. (Org.). **Direito Tributário e a Constituição - Homenagem ao Professor Sacha Calmon Navarro Coêlho**. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MENCHINI, Sergio. **Il giudicato civile**. Torino: Utet, 1988.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de. Conteúdo da causa de pedir. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, vol. 564, 1992.

_____. O dismantelamento do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. **Revista do Advogado**, São Paulo, vol. 22. n. 67, agosto de 2002.

_____. **Coisa Julgada**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. Autoridade da coisa julgada e a imutabilidade da motivação da sentença. In: _____. **Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil**. vol. 2. São Paulo: RT, 2005.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de; LOMBARDI, M. C.; AMADEO, R. C. M. R.; DELLORE, L. G. P.; ZVEIBIL, D. G. Colapso das condições da ação? Um breve ensaio sobre os efeitos da carência de ação. **Revista de Processo**, São Paulo, vol. 152, outubro de 2007.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de; ZVEIBIL, D. G.; RIBEIRO, D.; TEIXEIRA, G. S.; DELLORE, L. G. P.; LOMBARDI, M. C.; AMADEO, R. C. M. R. Da redução do alcance da súmula-STF 343: o balanço de uma polêmica. In: CARVALHO, Milton Paulo de; CASTRO, Daniel Penteadado de Castro. (Org.). **Direito Processual Civil – volume II**. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

MESSITTE, Peter J. **The Writ of Certiorari: Deciding Which Cases to Review**. Landmark Cases of the U.S. Supreme Court. Disponível em: https://www.landmarkcases.org/assets/site_18/files/gidion%20v%20wainwright/the%20writ%20of%20certiorari%20deciding%20which%20cases%20to%20review%20messitte.pdf. Acesso em: 23 nov. 2019.

MICHELI, Gian Antonio. **Corso di diritto processuale civile**, parte I. Milano: Giuffrè, 1959.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado das Ações – Ações Mandamentais**. tomo VI. São Paulo: RT, 1976.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. tomo V. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MITIDIERO, Daniel. **Processo Civil e Estado Constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. **Cortes Superiores e Cortes Supremas**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 2014.

MOJICA, Rodrigo Chinini. **Coisa julgada em matéria tributária e seus mecanismos de revisão**. 1. ed. São Paulo: Verbatim, 2011.

_____. **Isonomia tributária e controle de constitucionalidade**: novas perspectivas sobre a declaração de inconstitucionalidade em matéria tributária. Curitiba: Juruá, 2017.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Ainda e sempre a coisa julgada. In: _____. **Direito Processual Civil: Ensaio e Pareceres**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.

_____. Os limites objetivos da coisa julgada no sistema do novo Código de Processo Civil. In: _____. **Temas de Direito Processual**. 1ª série. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. A eficácia preclusiva da coisa julgada material no sistema do processo civil brasileiro. In: _____. **Temas de Direito Processual**. 1ª série. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. Eficácia de sentença e autoridade de coisa julgada. In: _____. **Temas de Direito Processual**. 3ª série. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. Considerações sobre a chamada ‘relativização’ da coisa julgada material. In: _____. **Temas de Direito Processual**. 9ª série. São Paulo: Saraiva, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

NEVES, Antonio Frota. O Parecer PGFN/CRJ 492/2011 e os Efeitos da Coisa Julgada Inconstitucional em face da Segurança Jurídica no Estado Democrático de Direito. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 1, p.173-193, 2013.

NEVES, Celso. **Contribuição ao estudo da coisa julgada civil**. Dissertação de Concurso à Cátedra de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 1970.

_____. **Coisa julgada civil**. São Paulo: RT, 1972.

_____. Coisa julgada no direito tributário. **Revista de Direito Público**, vol. 7, n. 29, maio/junho de 1974.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Coisa julgada e orientação fiscal. **Direito Tributário Atual**, São Paulo: Resenha Tributária, vol. 4, 1984.

_____. A coisa julgada em direito tributário. **Revista da Faculdade de Direito – USP** [eletrônica], nº 68, janeiro/junho de 1973. Disponível em: <https://www2.jf.jus.br/pergamumweb/vinculos/00002e/00002eb7.pdf>. Acesso em 15.12.2019.

PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada no controle abstrato de constitucionalidade. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 4, 2003.

_____. Decisão de inconstitucionalidade, coisa julgada e legalidade em matéria tributária. In: MACHADO, Hugo de Brito et al. (org.). **Coisa julgada. Constitucionalidade e legalidade em matéria tributária**. São Paulo: Dialética, 2006.

PISCITELLI, Tathiane. Proteção à coisa julgada como fundamento para a modulação de efeitos em matéria tributária. In: CONRADO, Paulo Cesar; ARAUJO, Juliana Furtado Costa. (coord.) **Processo Tributário Analítico**. vol. IV. 1. ed. São Paulo: Noeses, 2019. p.133-156.

PONTES, Helenilson Cunha. O efeito declaratório da sentença mandamental em matéria tributária. In: Rocha, Valdir de Oliveira. (coord.). **Problemas de processo judicial tributário**. vol. III. São Paulo: Dialética, 1999.

_____. **Relação jurídica tributária, inconstitucionalidade e coisa julgada em matéria tributária**. Tese (doutorado). São Paulo, USP, 2004.

_____. **Relação jurídica tributária, inconstitucionalidade e coisa julgada em matéria tributária**. Tese apresentada como parte dos requisitos para a inscrição em concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito Econômico e Financeiro, área de Legislação Tributária, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2004.

_____. **Coisa julgada tributária e inconstitucionalidade**. São Paulo: Dialética, 2005.

_____. Coisa julgada tributária. In: ELALI, André; PEIXOTO, Marcelo Magalhães; MARTINS, Ives Gandra da Silva. (coord.). **Coisa julgada tributária**. São Paulo: MP Editora, 2005.

PORTO, Sérgio Gilberto. **Coisa julgada civil**. Rio de Janeiro: Aide, 1996.

POSNER, Richard A. An Economic Approach to Legal Procedure and Judicial Administration. **The Journal of Legal Studies**, vol. 2, n. 2, 1973.

PRIA, Rodrigo Dalla. Coisa julgada tributária e mudança de orientação na jurisprudência do STF: A (in) constitucionalidade da CSLL e a controvérsia a ser dirimida os recursos extraordinários representativos da controvérsia – Temas 881 e 885. In: CONRADO, Paulo Cesar; ARAUJO, Juliana Furtado Costa. (coord.) **Processo Tributário Analítico**. vol. IV, 1. ed., São Paulo: Noeses, 2019. p.27-51.

PUGLIESE, Giovanni. Giudicato Civile. In: **Enciclopedia dei Diritto XVIII**. Milano: Giuffrè, 1969.

REDENSCHI, Ronaldo. A coisa julgada e os efeitos da declaração de constitucionalidade pelo STF. In: TÔRRES, Heleno Taveira; PIRES, Adilson Rodrigues. (org.) **Princípios de Direito Financeiro e Tributário**. Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

RODRIGUES, Walter Piva. **Coisa Julgada Tributária**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

ROSSI, Júlio César. O controle de constitucionalidade e seus efeitos sobre a coisa julgada em matéria tributária. In: ROCHA, Valdir de Oliveira. et al. **Grandes questões atuais do direito tributário**. vol. 9. São Paulo: Dialética, 2005.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de; CONRADO, Paulo Cesar. Mandado de segurança preventivo em matéria tributária: requisitos e efeitos. In: CONRADO, Paulo Cesar. **Processo Tributário Analítico**. São Paulo: Noeses, 2011.

SANTIAGO, Myrian Passos. Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade no tempo e a coisa julgada em matéria tributária. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 24, n. 94, abril a junho de 1999.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Preclusão Processual Civil**. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Fernanda Donnabella Camano de. **Os Aspectos polêmicos da coisa julgada em matéria tributária** (à luz dos recursos extraordinários n°s 949.297/CE e 955.227/BA). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SOUZA, Fernanda Donnabella Camano de; SOUZA, Igor Nascimento de. Coisa julgada em matéria tributária: análise de caso concreto: autuação fiscal para a exigência da contribuição social sobre o lucro líquido. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ELALI, André. (coord.) **Coisa julgada tributária**. São Paulo: MP Editora, 2005.

SOUZA, Rubens Gomes de. **Compêndio de legislação tributária**. São Paulo: Resenha Tributária, 1982.

_____. Coisa julgada. In: SANTOS, J. M. Carvalho; DIAS, José de Aguiar (org.). **Repertório Enciclopédico do direito brasileiro**, v. 9. Rio de Janeiro: Borsoi, 1947.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Revista Trimestral de Jurisprudência do STF**, Brasília, vol. 89, tomo I, setembro de 1979. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/089_1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Revista Trimestral de Jurisprudência do STF**, Brasília, vol. 99, janeiro de 1982. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/099_1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Revista Trimestral de Jurisprudência do STF**, Brasília, vol. 118, tomo I, outubro de 1986. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/118_1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Revista Trimestral de Jurisprudência do STF**, Brasília, vol. 118, tomo II, novembro de 1986. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/118_2.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Revista Trimestral de Jurisprudência do STF**, Brasília, vol. 128, abril de 1989. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/128_1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Revista Eletrônica do STJ**, Brasília, n. 60, agosto de 1994. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/web/revista/eletronica/publicacao/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

TALAMINI, Eduardo. A coisa julgada no tempo. **Revista do Advogado**, São Paulo, vol. 26, n° 88, novembro de 2006.

_____. **Coisa julgada e sua revisão**. São Paulo: RT, 2005.

TESHEINER, José Maria. **Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil**. São Paulo: RT, 2001.

THEODORO JR., Humberto. Coisa julgada. Mandado de segurança. Relação jurídica continuativa. Contribuição Social. Súmula nº 239 do STF. In: ELALI, André; PEIXOTO, Marcelo Magalhães; MARTINS, Ives Gandra da Silva. (coord.). **Coisa julgada tributária**. São Paulo: MP Editora, 2005.

_____. Coisa julgada em matéria tributária lastreada em reconhecimento de inconstitucionalidade de lei: posterior declaração positiva de constitucionalidade da mesma lei pelo STF: efeitos. **Revista Síntese: Direito Civil e Processual Civil**. vol. 12, nº 80, novembro/dezembro de 2012.

_____. Jurisprudência e precedentes vinculantes no Novo Código de Processo Civil: demandas repetitivas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 241, n. 255, p.371, mai. 2016.

THEODORO JR., Humberto; FARIA, Juliana Cordeiro de. A coisa julgada inconstitucional e os instrumentos processuais para seu controle. In: NASCIMENTO, Carlos Valder do (Coord.). **Coisa julgada inconstitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

TORRES, Heleno Taveira. Divergência jurisprudencial e coisa julgada nas relações tributárias continuativas. In: ADEODATO, João Maurício; BITTAR, Eduardo C. B. (org.). **Filosofia e Teoria Geral do Direito**: estudos em homenagem a Tércio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

TUCCI, José Rogério Cruz e. A fenomenologia da coisa julgada no pensamento de Botelho de Mesquita. In: TUCCI, José Rogério Cruz e; RODRIGUES, Walter Piva; e AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. **Processo Civil**: homenagem a José Ignácio Botelho de Mesquita. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

_____. **Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil**. São Paulo: RT, 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **O dogma da coisa julgada**: hipóteses de relativização. São Paulo: RT, 2003.

WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do Processo Civil**: como a Economia, o Direito e a Psicologia podem vencer a tragédia da Justiça. São Paulo: RT, 2019.

YARSHELL, Flávio Luiz. Tutela jurisdicional meramente declaratória. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 19, n. 76, p. 42-54, out./dez.1994.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos**. 3. ed. São Paulo: RT, 2008.

_____. **Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional**. 4. ed. São Paulo: RT, 2017.

ZVEIBIL, D. G. Ampliação dos limites objetivos da coisa julgada no NCPC e o fantasma da simplificação desintegradora. In: DIDIER JR, Fredie; MACEDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi Medeiros; FREIRE, Alexandre. (Org.). **Coleção NCPC - doutrina selecionada - processo de conhecimento e disposições transitórias**. v. 2. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.